



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

WAISLE LIRA TAVARES

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS: estudo sobre
a inserção da Educação Ambiental no Ensino Médio no Centro de Ensino Liceu
Maranhense - São Luís - MA

SÃO LUÍS
2024

WAISLE LIRA TAVARES

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS: estudo sobre a inserção da Educação Ambiental no Ensino Médio no Centro de Ensino Lceu Maranhense - São Luís - MA

Trabalho de Conclusão Curso apresentado ao curso de Geografia Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Me. Walefe Lopes da Cruz

**SÃO LUÍS
2024**

WAISLE LIRA TAVARES

Educação Ambiental no Ensino de Jovens e Adultos: estudo sobre a inserção da Educação Ambiental no Ensino Médio no Centro de Ensino Liceu Maranhense - São Luís - MA

Monografia apresentada ao curso de Geografia da Universidade estadual do Maranhão- UEMA, para obtenção do grau de licenciado em Geografia.

Aprovado em: 26 /12 / 2024

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

WALEFE LOPES DA CRUZ

Data: 20/01/2025 03:44:15-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Walefe Lopes da Cruz (Orientador)
Universidade Estadual do Maranhão



Documento assinado digitalmente

NADJA FURTADO BESSA DOS SANTOS

Data: 16/01/2025 21:18:26-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª Ma. Nadja Furtado Bessa dos Santos
Universidade Estadual do Maranhão



Documento assinado digitalmente

KEDMA MADALENA GONCALVES GARCEZ

Data: 16/01/2025 21:43:24-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª Dr^a Kedma Madalena Gonçalves Garcez
Universidade Estadual do Maranhão

Tavares, Waisle Lira

Educação Ambiental no Ensino de Jovens e Adultos: estudo sobre a inserção da Educação Ambiental no Ensino Médio no Centro de Ensino Liceu Maranhense - São Luís - MA / Waisle Lira Tavares. – São Luís, MA, 2024.

59 f

Monografia (Graduação em Geografia Licenciatura) – Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Orientador: Prof. Me. Walefe Lopes da Cruz.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me proporcionado este belo dom de ser educador, por ter me sustentado até aqui e me dado forças para conseguir concluir esta bela pesquisa, sem sua maravilhosa Graça não estaria de pé

A minha mãe, Maria Marta, que sempre me incentivou e ajudou, seja financeiramente, no início do curso, época em que estava desempregado, seja com bons conselhos que só uma maravilhosa mãe pode dar, conselhos bons e incentivadores, que não me permitiram desistir.

Aos meus bons amigos João Gabriel e Carlos Eduardo, companheiros de curso e de caminhada, fundamentais nesta conclusão, incentivadores e apoiadores da temática utilizada.

Ao meu orientador Prof. Me. Walefe Lopes da Cruz, excelente professor e grande orientador, tendo me guiado até aqui

Quero agradecer a toda a minha família, pois, estiveram presentes apoiando nos momentos mais difíceis.

RESUMO

Este trabalho teve como temática Educação Ambiental no Ensino de Jovens e Adultos: estudo sobre a inserção da Educação Ambiental no Ensino Médio no Centro de Ensino Liceu Maranhense - São Luís – MA. O presente estudo teve como objetivo, compreender a relação dos estudantes do ensino médio EJA da Escola Liceu Maranhense em São Luís - Maranhão com o meio ambiente. Esta pesquisa contém um questionário sobre Educação Ambiental, está essencialmente baseado na estratégia de conhecer a relação entre o ser humano e a natureza. A percepção ambiental é a maneira que as pessoas interpretam o meio ambiente, e a aplicação de questionários serviu de parâmetro para avaliar essa percepção. A aplicação do questionário aos alunos serviu para avaliá-los, tanto seu comportamento relacionado ao meio ambiente dentro como fora da sala de aula, serviu para e sensibilizá-los sobre as práticas de conservação ambiental, vide a necessidade de que nosso planeta tem passado. As escolas em parceria com órgãos governamentais educacionais, precisam urgentemente definir o papel da educação ambiental dentro da EJA e todas as modalidades de ensino, tal tema precisa ser mais protagonista, podendo ser uma disciplina autônoma.

Palavras-chave: meio ambiente; educação ambiental; percepção; sensibilização; interdisciplinaridade.

ABSTRACT

The theme of this work was Environmental Education in the Teaching of Young People and Adults: a study on the insertion of Environmental Education in High School at the Liceu Maranhense Teaching Center - São Luís – MA. The present study aimed to understand the relationship between EJA high school students at Escola Liceu Maranhense in São Luís - Maranhão and the environment. This research contains a questionnaire on Environmental Education, which is essentially based on the strategy of understanding the relationship between human beings and nature. Environmental perception is the way people interpret the environment, and the application of questionnaires served as a parameter to evaluate this perception. The application of the questionnaire to the students served to evaluate them, both their behavior related to the environment inside and outside the classroom, and served to raise awareness about environmental conservation practices, given the need that our planet has faced. Schools, in partnership with government educational bodies, urgently need to define the role of environmental education within EJA and all teaching modalities. This topic needs to be more prominent, and can be an autonomous discipline.

Keywords: Environment, Environmental Education, Perception, Awareness, Sensitization, Interdisciplinarity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL.....	13
2.1 Introdução à Educação Ambiental: desafios e perspectivas	13
2.2 Educação Ambiental na EJA e Políticas Educacionais na Educação Básica.....	15
2.3 Educação de Jovens e Adultos (EJA), desafios e perspectivas.....	21
3 METODOLOGIA.....	28
3.1 Levantamento bibliográfico.....	28
3.2 Trabalho de Campo.....	30
3.3 Trabalho de Gabinete.....	33
4 A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS NO LICEU MARANHENSE.....	34
4.1 Caracterização da área de estudo.....	34
4.2 Caracterização das turmas analisadas.....	38
5.3 Percepção ambiental dos alunos do ensino médio na Educação de Jovens e Adultos da escola Liceu Maranhense	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	52
APÊNDICE A- MODELO DO QUESTIONÁRIO SOBRE A PERCEPÇÃO AMBIENTAL.....	57
APÊNDICE B- MODELOS DOS SLIDES DA AULA.....	58

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Reunião com direção e corpo docente do Liceu Maranhense	31
Figura 2 - Aula na turma 102, ilustrando Educação Ambiental	32
Figura 3 - Registro de Aula introdutória turma 102	32
Figura 5 - Amplitude das salas de aula do Liceu, São Luís- MA.....	36
Figura 6 - Corredores do Liceu, São Luís- MA.....	36
Figura 7 - Área de vicência Liceu Maranhense, São Luís- MA.....	37
Figura 8 - Diretor João da Fonseca, São Luís- MA.....	37
Figura 9 - Reunião corpo docente, São Luís- MA.....	38
Gráfico 1 - Faixa etária dos alunos	39
Gráfico 2 - Percentual de alunos com atividades laborais no EJA do Liceu Maranhense	41
Gráfico 3 -Envolvimento das disciplinas com a educação ambiental no Liceu Maranhense.....	46
Tabela 1 - Número de alunos avaliados por turma - Liceu Maranhense	41
Quadro 1 - Pergunta sobre a relação das disciplinas	43
Quadro 2 - Como a escola pode trabalhar a educação ambiental em sala de aula?	46
Quadro 3 - Como é seu comportamento perante o meio ambiente fora da escola?	47
Quadro 4 - Práticas ambientais fora do ambiente escolar, alunos do Liceu , São Luís.	48

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a educação ambiental nas escolas tem sido constantemente alvo de discussões e debates, devido à grande dificuldade que existe em nosso país para a sua implementação em sala de aula. Além disso, é importante ressaltar o desinteresse por parte das gestões escolares em abordar essa temática em algumas ocasiões.

A carência de políticas públicas voltadas para a educação ambiental pode ser um obstáculo para a implementação dela nas escolas. A falta de capacitação dos profissionais da educação, falta de programas que orientem a prática da educação ambiental no ambiente escolar, o pouco conhecimento dos educadores sobre a temática e a insistência em métodos tradicionais, sem se abrir ao novo são alguns dos problemas e dificuldades enfrentadas pela educação ambiental no Brasil. As políticas públicas de educação ambiental devem ser trabalhadas como uma política pública estruturante e contínua, e não somente como projetos e programas pontuais.

Velloso (2006) aborda essa questão, afirmando que há dificuldades no desenvolvimento da educação ambiental nas escolas públicas. Ele prossegue argumentando que a preparação dos professores para essa tarefa é muitas vezes superficial ou inexistente, e destaca a necessidade de melhorias para uma absorção completa do tema pelos educandos. Torna-se de grande importância promover discussões voltadas para a temática da percepção ambiental, devido ao crescimento econômico e industrial que nossas cidades vêm experimentando ao longo dos anos. Nesse contexto, a natureza, principal provedora dos elementos essenciais à vida, não tem mantido uma relação harmoniosa com o ser humano. Este último tem explorado e utilizado os recursos naturais de forma excessiva e perigosa.

Diante disso, surge a necessidade obrigatória de debater a educação ambiental e sua importância na formação de cidadãos sustentáveis. Segundo Freire (1991, p. 145), "é importante nos dias de hoje projetar sociedades mais sustentáveis, onde os interesses da comunidade se sobreponham aos interesses individuais". Libâneo (2004, p. 60) vai além e destaca a importância da educação ambiental na vida cotidiana:

A educação ambiental não pode ser apenas uma tarefa da escola, ela envolve práticas que dizem respeito ao nosso comportamento nos vários ambientes (na família, na escola, na cidade, na empresa etc.). [...] As pessoas precisam ser convencidas a se engajar em campanhas para a coleta seletiva do lixo, a adquirir o hábito de não jogar coisas na rua, a não mutilar a natureza, a lutar contra a poluição ambiental [...].

Segundo Rabelo (2017), a percepção dos estudantes sobre o ambiente é de suma importância, auxiliando na compreensão da consciência ambiental e das relações estabelecidas com o ambiente, incluindo suas expectativas, satisfações, insatisfações, condutas e julgamentos. Em outras palavras, a forma como a educação ambiental é transmitida aos educandos pelas instituições de ensino pode ser crucial para desenvolver neles uma consciência sustentável em relação aos recursos naturais.

O enfoque neste tema surgiu da necessidade de destacar a importância de sensibilizar as futuras gerações sobre a preservação ambiental. Nosso planeta possui recursos limitados que, se usados e consumidos de forma exaustiva, podem comprometer o bem-estar e a qualidade de vida das gerações futuras. Ter acesso à educação ambiental de qualidade pode cultivar no cidadão um caráter extremamente sustentável, contribuindo para um cenário ecologicamente mais favorável no futuro.

Nesse sentido, Marques, Rios e Alves (2022), destacam que a Educação Ambiental (EA) na escola oportuniza o desenvolvimento de intervenções e o aprimoramento de processos de ensino-aprendizagem. Entretanto, Bigotto (2008, p. 97) destaca as dificuldades, encontradas nas "formas tradicionais de ensino, que priorizam conhecimentos teóricos abstratos e informativos em detrimento dos problemas concretos e regionais; e a defasagem na atualização dos docentes em relação aos avanços do conhecimento científico".

Outra grande preocupação que impulsionou essa pesquisa é a interdisciplinaridade. A educação ambiental está amplamente difundida em algumas disciplinas das ciências humanas e pouco difundida em outras áreas do ensino, necessitando estar presente em todas as áreas do ensino para ser bem absorvida. Nessa linha de pensamento, encontra-se Sato (2002, p. 35), que discorre que cabe aos professores, por intermédio de prática interdisciplinar, proporem novas metodologias que favoreçam a implementação da Educação Ambiental, sempre considerando o ambiente imediato, relacionado a exemplos de problemas atualizados.

Partindo dessa perspectiva da importância da inserção e percepção ambiental nas escolas, a presente pesquisa tem por objetivo geral: Compreender a percepção ambiental dos estudantes do ensino médio da Escola Liceu Maranhense, em São Luís – MA, por meio da inserção da educação ambiental no Ensino de Jovens e Adultos, investigando. A etapa selecionada para aplicação do projeto será a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com a escolha do turno noturno devido à oportunidade de abordar esse tema desafiador com jovens e adultos.

Neste sentido, a presente pesquisa, tem os seguintes objetivos específicos: Identificar o entendimento dos alunos do ensino médio EJA do Centro de Ensino Liceu Maranhense em São Luís - MA sobre questões ambientais, incluindo sua familiaridade com conceitos de sustentabilidade e conservação; Especificar a percepção dos estudantes em relação ao meio ambiente, conhecendo sua percepção e verificando seu interesse e engajamento em práticas de preservação e sustentabilidade; Exemplificar as práticas ambientais dos alunos, como o uso de recursos naturais, hábitos de consumo consciente e participação em atividades de educação ambiental.

Deste modo, o presente trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro constitui a introdução, seguido pelo segundo, que aborda a fundamentação da pesquisa. Na sequência, encontramos o terceiro capítulo dedicado à metodologia, seguido pelo cronograma de atividades no quarto capítulo. Por fim, o quinto capítulo trata das referências utilizadas ao longo do trabalho.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Neste capítulo, é apresentado o referencial teórico da presente pesquisa, o qual está organizado em três subitens, a saber: "Introdução à Educação Ambiental: desafios e perspectivas", "Educação Ambiental na EJA e Políticas Educacionais na Educação Básica" e "Educação de Jovens e Adultos (EJA), desafios e perspectivas.

2.1 Introdução à Educação Ambiental: desafios e perspectivas

A educação ambiental tornou-se um tema amplamente debatido e promovido nos círculos educacionais em todo o mundo, devido à sua capacidade de sensibilizar os jovens que ingressam no mercado de trabalho sobre o uso excessivo e desgaste dos recursos naturais do nosso planeta. Desde a sua educação básica, os jovens podem e devem ser ensinados sobre educação ambiental, sustentabilidade e a importância de preservar e cuidar dos nossos recursos naturais.

A educação ambiental deve ser uma parte fundamental do ensino médio no Brasil, pois é nessa fase da educação que se forma o caráter social e, possivelmente, o sustentável, se o estudo ambiental for eficaz. De acordo com Krenak (2019 e 2020), a convivência entre sociedade e natureza é plenamente viável. O autor defende um equilíbrio entre o homem e os recursos naturais, onde a natureza não seria mais explorada, e o ser humano deixaria de se considerar um colonizador da natureza, passando a enxergá-la como uma parceira. Uma sociedade crítica e sustentável seria de suma importância para a preservação da vida na Terra.

Desde os primórdios, o ser humano sempre teve uma ligação direta com a natureza. Segundo Carvalho (2006), os seres humanos, por meio de indígenas, ribeirinhos e nossos ancestrais, sempre estiveram harmonicamente ligados à natureza em tudo o que faziam. Os ribeirinhos dependem da pesca para sobreviver, assim como os indígenas e ancestrais dependiam da caça e pesca para sua subsistência. A educação ambiental também serve para desmitificar essas relações. Na mesma linha de pensamento, Miranda, Abreu e Carvalho (2016) mencionam o desenvolvimento de uma postura crítica, onde a relação social com a natureza molda a formação de um ser ecológico.

O homem como ser dotado de capacidade intelectual, foi revolucionando sua forma e modo de produzir, passando a impor tecnologia em praticamente todas as atividades, a produção em larga escala passou a ser adotada, por consequência fazendo

ele consumir os bens naturais para a produção continuar de forma a atender a demanda consumista, isso foi gerando uma grande preocupação com o equilíbrio futuro do meio ambiente.

Devemos aqui salientar que o ser humano com sua vasta gama de tecnologias e investimentos e seu ímpeto consumista e produtor foi o principal responsável por seu próprio “afastamento” da natureza sendo que sempre fez parte dela, e depende dela para todas as suas necessidades. Segundo Reigota (2009), o homem não se considera um elemento pertencente a natureza, mas sim, um ser fora à parte capaz de explorá-la ou colonizá-la, a autora defende o fim dessa visão deveras antropocêntrica do homem perante o meio natural.

A educação ambiental surgiu tardiamente no mundo, é datada dos anos 70, final do século XX. Esta surgiu com a necessidade de debater o crescimento industrial exagerado, esgotando brutalmente os recursos naturais, dando destaque também ao grande consumismo, que gerava uma repetição de um círculo vicioso perigoso para a natureza. Layragues e Lima (2014, p. 26) dizem que a educação ambiental surgiu no contexto de uma crise ambiental reconhecida no final do século XX, e estruturou-se como fruto da demanda para que o ser humano adotasse uma visão de mundo e uma prática social capazes de minimizar impactos ambientais.

Nem sempre foi fácil a implementação de educação ambiental aprofundada nas escolas, sendo em diversas vezes algo bem superficial. Nesse contexto Andrade (2000), mostra alguns desafios: como tamanho da escola, quantidade de alunos, vontade do corpo docente e diretoria em trabalhar o tema e a integralização de diversos outros fatores servem na maioria das vezes como grandes obstáculos para implementação da educação ambiental. O autor ressalta a falta de interesse muitas vezes, por parte das gestões escolares em repassar a temática ambiental aos alunos, e na falta de exigência de preparação dos docentes para tal responsabilidade, é tenebroso imaginar que tenha professores até mesmo da geografia que não tenham conhecimento da área.

Similar a isso é de fundamental importância que os educadores abandonem a concepção restritiva e abracem a ideia de que a Educação Ambiental deve estar presente em todos os aspectos da prática pedagógica. Somente assim poderemos formar cidadãos críticos, conscientes ativos, capazes de enfrentar os desafios ambientais e contribuir para a construção de um mundo mais sustentável. É importante uma interdisciplinaridade entre todas as disciplinas para abordar a Educação ambiental, onde todos os docentes e não só

os de geografia e biologia, adotem e repassem a temática de alguma forma e que seja algo presente em todos os métodos pedagógicos.

Jacobi (2005), também enfatiza a importância do educador e sua responsabilidade em repassar a temática para o aluno, segundo o autor, os educadores têm um papel estratégico e decisivo na inserção da educação ambiental no cotidiano escolar, qualificando os alunos para um posicionamento crítico face à crise socioambiental. O professor precisa ter todo um preparo e treinamento para os alunos chegarem a níveis satisfatórios de absorção deste conteúdo que é tão importante para o equilíbrio ambiental do futuro, a qualidade de preparo do professor vai influenciar de percepção do aluno.

Nesse pensamento, Trevisol (2003) destaca o grande valor em “educar para a sustentabilidade”, o autor se refere a sensibilização ambiental do estudante e futuro empresário ou trabalhador perante essa alarmante situação. Se não tiver a parte educativa não haverá mudança. O autor também destaca o “conflito” entre homem e natureza, mais especificamente uma crise socioambiental, situação que pode e deve ser contornada por meio da educação ambiental.

Ainda levando em consideração as deficiências estruturais das escolas Tulio e Nagalli (2023), fala a respeito sobre a falta de tecnologias que favoreçam o aprendizado e avanço dos alunos em adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente, desde a falta de internet nas escolas até a precária deficiência nos laboratórios para abordar o tema. Infelizmente a falta de estrutura nas escolas governamentais ainda é preocupante, alarme feito as autoridades para que a educação ambiental não perca sua importância no ensino médio.

Para mais, Tavares (2013), afirma o crescimento e a força da educação ambiental em sala de aula, reforçando a maior importância dada ao tema, mesmo com toda a dificuldade de sempre, o autor também reforça o crescimento do tema em todas as disciplinas do ensino médio, dando ênfase a uma maior interdisciplinaridade. Reiterando essa perspectiva Reigota (2009), diz que a educação ambiental possui todas as soluções e métodos para solucionar os problemas ambientais, se aplicada corretamente.

2.2 Educação Ambiental na EJA e Políticas Educacionais na Educação Básica

As discussões no mundo sobre educação ambiental tiveram início nos anos 70, mas só tiveram regulamentação nas leis brasileiras a partir da década de 80 com a promulgação da lei de Política Nacional de Meio Ambiente número 6.983/81, define que

a educação ambiental deve ser destinada “a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (Brasil, 1981).

Nessa perspectiva a Constituição Federal de 1988, afirma que a difusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino fomenta a conscientização ambiental de todos contribuindo para um ambiente ecologicamente sustentável (Brasil, 1988).

Com o desenvolvimento da humanidade e os avanços tecnológicos o meio ambiente começou a sofrer severas ameaças por estar exposto as ações humanas no âmbito global, o nível de poluição e desmatamento subiu de forma abrupta afim de saciar os interesses do homem. Com o aumento do perigo o ser humano percebeu que o ritmo intenso da globalização merecia um olhar atento do mesmo para a temática ambiental, visto que a nossa moradia, o planeta Terra poderia sofrer danos irreparáveis.

Pensando nisso o homem começou a planejar e executar encontros voltados para o meio ambiente e o debate de melhorias visando a sua preservação. O autor Dias em sua dissertação de 2018 cita os mais importantes.

A primeira citada por Dias (2018) foi a conferência de Estocolmo na Suécia em 1972, que foi o primeiro grande encontro realizado pela ONU (Organização das Nações Unidas) para debater a temática Meio Ambiente, a conferência buscava amenizar os problemas ambientais causados pela guerra fria e a corrida armamentista. A conferência de Estocolmo também segundo o autor priorizava a temática relacionada ao crescimento populacional, visto que na década de 70, a população mundial crescia de forma desordenada e muito acelerada.

No ano de 1992 acontece em solo brasileiro Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), que firma um tratado de Educação Ambiental de responsabilidade mundial. O tratado busca soluções excepcionalmente fundamentais para uma sociedade sustentável, buscando um pensamento interdisciplinar e solidário sobre a temática (Brasil, 2007).

Durante a Rio-92 foi constituída a Carta Brasileira para a Educação Ambiental, sendo produzida com a participação do ministério da educação (MEC), este documento oficializou “a educação ambiental como importante meio para viabilizar a sustentabilidade como estratégia de sobrevivência e melhoria da qualidade de vida humana no planeta” (Brasil, 2014, p.16). Porém só em 1999 na lei 9795/99 ocorreu a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA. Este documento relata o seguinte:

Art. 1 Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2 A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Art. 3 Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental [...] (Brasil, 1999, p. 1).

No ano de 2002, ocorre em Johannesburgo na África do Sul o evento Rio +10, segundo Dias (2018), o evento buscava reduzir pela metade até o ano de 2015, a proporção de pessoas com renda inferior a 1 dólar por dia, reduzir até 2015 o número de pessoas sem água potável e por fim reduzir a quantidade de dejetos descartados pelos seres humanos no meio ambiente.

No ano de 2012, tem início no Brasil, especificamente na cidade do Rio de Janeiro o evento Rio+20, onde foi lançada a rede planetária de Educação Ambiental. Segundo Dias (2018) este evento aconteceu com intuito de fortalecer e complementar ideias do Rio 92, segundo documentos do evento exemplificados pelo autor, a Rio+20 tinha por objetivo modificar o paradigma financeiro tradicional e agir para impor o fim da pobreza, além de saber lidar com a questão da destruição do Meio Ambiente, construindo assim uma ponte para o futuro. No mesmo ano decorrente é aprovada no Brasil a DCNEA (Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental) que traz os seguintes objetivos:

- 1- Sistematizar os preceitos definidos na citada Lei, bem como os avanços que ocorreram na área para que contribuam com a formação humana de sujeitos concretos que vivem em determinado meio ambiente, contexto histórico e sociocultural com suas condições físicas, emocionais, intelectuais, culturais;
 - 2- Estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino, para que a concepção de Educação Ambiental como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes;
 - 3- Orientar os cursos de formação dos docentes para a educação Básica;
 - 4- Orientar os sistemas educativos dos diferentes entes federados.
- (Brasil, 2012, p. 2)

O documento citado acima é de caráter primoroso e referencial, pois afirma a obrigatoriedade da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, além de dispor de seus objetivos e princípios, além de mostrar sua participação em sistemas de ensino.

No ano de 2015, são iniciados estudos para a elaboração da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) envolvendo todo o ensino básico (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), tendo sua versão para ensino médio aprovada em 2018.

Uma pesquisa feita por Santinelo, Royer e Zanatta (2016, p. 106) investigou quantas vezes a Educação Ambiental aparece citada na BNCC, e os resultados são negativamente assustadores, com a temática sendo apresentada de forma diminuta, mostrando como o documento desvalorizou tema tão importante. Nessa linha de pensamento os autores, Frizzo e Carvalho (2018, p. 122) fizeram a mesma investigação revelando um maior silenciamento do documento sobre o tema, havendo uma predileção pelo termo sustentabilidade em detrimento do termo Educação Ambiental.

No que toca as leis sobre o ensino da Educação Ambiental na EJA, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) não abrange de forma ampla e como deveria assuntos relacionados ao EJA, deixando para o MEC (Ministério da Educação) a responsabilidade de criar Leis de diretrizes e bases referentes ao ensino de Jovens e adultos e como se aplica a Educação Ambiental neste tipo de ensino.

Em 1997, foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental que lança a temática meio ambiente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como um tema transversal, sendo criada dois anos depois em 1999 a lei 9.795 conhecida como lei da educação Ambiental.

Um tema transversal é aquele que se submete a diversas disciplinas no caráter de heterogeneidade e interdisciplinaridade, nesse sentido assim diz o Ministério da Educação MEC (1997):

São temas que estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política. Isso significa que devem ser trabalhados, de forma transversal, nas áreas e/ou disciplinas já existente.

Segundo Ribeiro e Filho (2017), e Educação Ambiental voltada para o universo EJA tem como objetivo trabalhar o tema integrando as ações de modo contextualizado, onde a interdisciplinaridade e transversalidade são inseridas buscando e trazendo aspectos sócio-históricos dos alunos.

Ainda segundo Ribeiro e Filho (2017):

A formação da conscientização ambiental surge, também, quando o aluno se reconhecer como coautor no processo de ensino e aprendizagem, no qual o conhecimento científico e o empírico se complementam através do diálogo entre os saberes, o que leva a refletir que a vivência pedagógica da EJA é uma realidade complexa e desafiadora.

Os autores defendem uma integração e conversação das disciplinas sobre educação ambiental para que a temática obtenha sucesso, alcance de forma eficaz os

discentes e não se fragmente dentro da EJA, alcançando as mudanças positivas nas práticas ambientais.

Segundo a Lei 6.938/81 condizente à Política Nacional do Meio Ambiente (PNAMA), entende-se por meio ambiente “[...] o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga, e rege a vida em todas as suas formas”. (art. 3, I). Tal lei nos mostra com clareza como até no meio externo a educação, existe a ligação de diversos fatores ambientais para formar a Educação Ambiental, deixando bem claro que transversalidade disciplinar deve ser utilizada como forma de sucesso na Educação de Jovens e Adultos.

No estado do Maranhão as políticas de implementação da educação ambiental são regulamentadas pela SEMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais), que é responsável por colocar em prática as diretrizes no tocante à educação ambiental intermediada pelo governo do estado.

Segundo a SEMA (2017, p.12):

Em 2000 foi sancionada a Lei 7.775, que instituiu a obrigatoriedade da implementação de programas de educação ambiental ao nível curricular, nas Escolas de ensino fundamental e médio do estado.

Em 2003, foi expedido o decreto 19.800, que instituiu a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Maranhão - CIEA/MA, com finalidade de promover a discussão e elaboração do Plano Estadual de Educação Ambiental, a coordenação, o acompanhamento, avaliação e a implementação das atividades de Educação Ambiental no Estado do Maranhão.

A SEMA é de fundamental importância na obrigatoriedade da implementação de conteúdos curriculares sobre Educação Ambiental no ensino fundamental e médio, mesmo que de forma tardia somente no ano de 2000, percebemos que o estado só se adequou a realidade mundial de preocupação com as causas ambientais bem depois de diversos encontros e reuniões internacionais. Em 2003 sai o decreto 19.800 que inicia a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Maranhão onde o mesmo debate a criação do Plano Estadual de Educação Ambiental, colocando as devidas regulamentações para Educação Ambiental em sala de aula

Ainda segundo a SEMA (2017), no mês de abril de 2010 foi criada a Lei 9.166 que institui a inclusão do tema Educação Ambiental nos conteúdos dos ensinos fundamental e médio nas escolas públicas do Estado do Maranhão. A SEMA (2017, p. 12 e 13), ainda enfatiza a seguinte lei:

Em outubro de 2010, foi sancionada a Lei 9.279, que institui a Política Estadual de Educação Ambiental – PEEA e o Sistema Estadual de Educação Ambiental

– SISSEA, criados e implementados em conformidade com os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA e do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA. Segundo dispõe a Lei, o SISSEA do Maranhão simplesmente articula órgãos já existentes na administração pública do Estado, não se fazendo necessária a criação de novos órgãos, com personalidade jurídica própria e distinta dos demais.

A SEMA regulamentou no ano de 2012 o decreto 25.549 que coloca em prática a fiscalização e operacionalização do tema Educação Ambiental em sala de aula, tanto para nível fundamental, quanto para o ensino médio nas redes pública e privada de ensino no Maranhão, ou seja, tornou obrigatório o tema em sala de aula com fiscalização periódica. A secretaria sugere caráter de urgência em estabelecer políticas educacionais concretas voltadas para o tema meio ambiente, visando prevenir e estancar por meio da educação, os problemas ambientais do estado do Maranhão.

Com o surgimento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA fundada em 1999 o Maranhão passou a ter um profissionalismo maior na aplicação do tema Educação Ambiental em sala de aula, com capacitação maior de docentes e conseqüentemente aprendizado mais aprofundado dos educandos nesta temática, a EJA também sai vitoriosa com o maior profissionalismo do estado do Maranhão, pois, logicamente as implementações da SEMA favoreceram a mesma.

Linha do tempo com eventos e legislações importantes referentes a EJA e educação ambiental no Brasil e Mundo:

- 1972- Conferência de Estocolmo, onde a mesma foi a primeira conferência mundial sobre o meio ambiente.
- 1981- Promulgação da Lei de Política Nacional do meio ambiente número 6.983/81.
- 1988- A Constituição Federal afirma que a Educação Ambiental deve ser difundida em todos os níveis de ensino.
- 1992- Acontece a Rio- 92, que firma um tratado de Educação Ambiental de responsabilidade mundial.
- 1997- Foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental, lançando a temática meio ambiente nos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais).
- 1999- É criada a Lei 9.795, conhecida como lei da Educação Ambiental.
- 2002- Acontece na África do Sul o Rio+10, evento que buscava diminuir a pobreza e a poluição ambiental.

- 2012- Acontece no Brasil a Rio+20, onde foi lançada a rede planetária de Educação Ambiental.
- 2015- É criada a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), onde a mesma não torna obrigatório a abordagem da Educação Ambiental nas disciplinas, indicando um retrocesso.

Linha do tempo com eventos e legislações importantes referentes ao EJA e Educação Ambiental no Maranhão:

- 2000- Foi sancionada a Lei 7.775, que instituiu a obrigatoriedade da implementação de programas de educação ambiental ao nível curricular nas escolas de ensino fundamental e médio do estado.
- 2003- Foi expedido o decreto 19.800, que instituiu a comissão interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Maranhão- CIEA/MA.
- 2010- Foi criada a Lei 9.166 que institui e reforça a inclusão da temática Educação Ambiental nas escolas do Maranhão. Em outubro do mesmo ano, foi criada a Lei 9.279, que institui a política estadual de Educação Ambiental- PEEA e o Sistema Estadual de Educação Ambiental- SISSEA, alinhadas à Política Nacional de Educação Ambiental- PNEA.
- 2012- A SEMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais) regulamentou no ano de 2012, o decreto 25.549 que coloca em prática a fiscalização do tema Educação Ambiental em sala de aula de forma periódica e constante.

2.3 Educação de Jovens e Adultos (EJA), desafios e perspectivas

A educação de jovens e adultos no Brasil sempre foi algo desafiador, visto que este método de ensino abrange pessoas que por algum motivo se evadiram da escola em algum momento do passado e por algum motivo, seja por uma capacitação melhor ou por uma busca de novas oportunidades de trabalho ou de vida, estão procurando retornar à escola. Conforme Souza e Silva (2000), a Educação de Jovens e Adultos – EJA, serve para abrir as portas das escolas para pessoas que ficaram à margem da escolaridade, para as pessoas que por algum motivo precisaram ingressar cedo no mercado de trabalho ou as pessoas que tiveram frustradas experiências escolares passadas.

Inicialmente no Brasil o que hoje chamamos de EJA era conhecido como ensino supletivo, e entre os anos de 1900 e 1930, a política educacional vigente para a época, permitia a este tipo de ensino apenas ensinar conhecimentos superficiais para adolescentes, jovens e adultos em escolas de caráter primário em turno noturno. O investimento na educação de jovens e adultos nesta época do século XX era bem inferior ao que temos aos dias atuais, desestimulando quem se matriculava em tal modalidade de ensino

Na década de 40 o ensino supletivo se baseava no mesmo método de ensino utilizado para alfabetizar e educar crianças, os conteúdos utilizados pelas crianças era o mesmo utilizado com os Jovens e Adultos.

Moura (p.27, 1999) afirma que:

[...] Essas iniciativas variavam entre a definição de objetivos predominantemente político, como no caso das campanhas que visavam preparar as massas para que fosse possível organizar a vida do país em bases democráticas, ou obter resultados quantitativos e instrumentais, a exemplo do sistema Supletivo, cujo objetivo era diminuir os índices da população analfabeta e inseri-la no sistema produtivo. Para atingir esses objetivos o ensino Supletivo desenvolvia uma prática semelhante às desenvolvidas com as crianças.

Até a elaboração da constituição de 1988, o Brasil tenta fazer valer os novos desafios impostos os desafios impostos pela Carta Magna Brasileira, pois o mesmo chega aos anos 90 com problemas sérios no sistema educacional e baixos indicadores de alfabetização entre a população. No título VIII, capítulo III da Constituição de 1988 diz o seguinte:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Segundo Pires (2019, p. 20), o Estado passa a ser o responsável pela educação para todos de forma igualitária, de maneira gratuita, oferecendo condições para os educandos, inclusive os jovens e adultos a permanecerem incentivados na escola.

Neste mesmo sentido a própria constituição (Brasil, 1988), no seu artigo 208, propõe as seguintes garantias sobre a Educação Básica:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

Em 1997, acontece em Hamburgo na Alemanha a V CONFINTEA (Conferência Internacional de Educação de Adultos), contando com a participação de 170 países membros, 500 ONGs, e 1300 participantes tendo como temática a Aprendizagem de Adultos como ferramenta, Prazer e Responsabilidade. Tal conferência está marcada na história da EJA, de maneira bem radical, buscando melhorias nas condições e na qualidade do ensino para adultos. Uma breve passagem de um relatório sobre a conferência diz o seguinte:

De forma alguma poderemos lidar com os riscos globais, sejam riscos ecológicos, riscos para a saúde, crises económicas, ou perigos culturais tais como o racismo, sem uma cidadania ativa e informada. Os cidadãos precisam agora de melhorar as suas capacidades para tomar iniciativas e de adquirir novas competências. Não poderemos esperar que as crianças de agora se tornem adultos. Levaria 30 anos. É demasiado tempo. É necessário providenciar oportunidades de aprendizagem para a presente geração de homens e mulheres. A aprendizagem dos adultos tornou-se uma questão central. Tornou-se claro que a capacidade de aprendizagem dos seres humanos, a descoberta do potencial humano e a oportunidade de continuar a aprendizagem ao longo de toda a vida são tarefas centrais na definição do novo século e do novo milénio. A autonomia, a criatividade e a autoexpressão de todos os cidadãos não são apenas os objetivos, mas também as condições de democracia (Declaração 1-2;5 Agenda para o Futuro 2, 4, 9, 11, 12, 14) (Relatório de Acompanhamento da CONFINTEA V, 1999).

Ainda segundo Pires (2019, p. 20 e 21), a CONFINTEA 1997, foi um espaço voltado para a reflexão visando tomada de decisões certas visando a educação de Jovens e Adultos, buscando melhorias de oportunidades para os mesmos, direito universal a alfabetização e educação básica, igualdade educacional entre homens e mulheres, visando principalmente a autonomia feminina no âmbito educacional, a conferência busca também incentivar o jovem e o adulto a possuírem um olhar mais crítico sobre o meio ambiente, saúde, cultura e globalização esta última destacando as comunicações e novas tecnologias.

A CONFINTEA estabeleceu metas e o Brasil decidiu cumpri-las. No ano de 2003 baseado no decreto 4.834 do dia 8 de setembro do mesmo ano, surge o programa Brasil Alfabetizado, que institui no país a Comissão Nacional de Alfabetização que se responsabilizou por buscar melhorias educacionais para Jovens e Adultos no Brasil. O decreto 5.475 do dia 22 de junho de 2005 muda o nome e o objetivo desta denominação ficando posteriormente segundo o novo decreto desta forma:

Art. 1º Os arts. 2º, 3º e 5º do Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação: Art. 2º Fica instituída a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, órgão colegiado de caráter consultivo, com o objetivo de assessorar o Ministério da Educação

na formulação e implementação das políticas nacionais e na execução das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

Ainda segundo Pires (2019), o CONFINTEA teve o objetivo de expor para a educação de modo geral os valores e importância da Educação de Jovens e Adultos, onde a alfabetização se coloca no patamar de guia desses estudantes no caminho do mercado de trabalho, alinhados com o desenvolvimento internacional.

A EJA infelizmente ainda sofre bastante para estar integrada na forma ideal na legislação atual, não sendo incluída na nova BNCC como componente educacional, neste novo formato da BNCC enxugou-se o que se tinha sobre EJA de legislações passadas, dando pouca ou nenhuma importância a esta modalidade de ensino. A EJA ficou restrita somente à Lei de Diretrizes e Bases

Somente na seção V das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/1996) estão os artigos correspondentes a Educação de Jovens e Adultos que dizem o seguinte:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Esta mesma lei determinou que a idade mínima para ingressar no ensino fundamental no EJA é de 15 anos, e de 18 anos para ingressar no ensino médio. Infelizmente o governo falha na propagação da modalidade EJA, pois, deveria minimamente ter uma busca ativa por pessoas que por algum motivo não terminaram seus estudos. Outro ponto a ser destacado é a insegurança enfrentada por alguns alunos, pois de certa forma a modalidade de ensino é aplicada no turno noturno, e infelizmente em algumas escolas muitos alunos moram em uma distância considerável e estão suscetíveis a assaltos e outras mazelas da criminalidade fazendo-os desistir de concluir a EJA.

Posteriormente a isso, surgiu o parecer nº 11/2000 que buscava relacionar o ensino do EJA com as vivências dos alunos buscando assim, a solução de problemas cotidianos (Brasil, 2000). A EJA em sua proposta curricular possui 3 funções e estas são:

REPARADORA- A função presente difere-se de suprimento, restaura uma dívida social e os direitos negados com a exclusão de grupos sociais e

historicamente faz parte do cenário brasileiro, tornando-se um fenômeno material. Deve oferecer a educação básica, com visão da universalização e além da obrigatoriedade no ensino médio. Gera a igualdade, diante da lei, para a camada popular excluída socialmente, oferecendo possibilidade de qualidade no âmbito escolar, possibilitando um modelo pedagógico para a modalidade de ensino EJA; EQUALIZADORA- garantir a entrada de todos os trabalhadores que não tiveram acesso à escola na idade correta, havendo uma distribuição de bens culturais e sociais, que foram negados por motivos diversos, facilitando a entrada no âmbito educacional e garantindo através da lei um olhar pedagógico diferenciado, ou seja, que atendam às necessidades dos educandos; QUALIFICADORA- tem como base o ser humano e o próprio sentido da educação de jovens e adultos, tem como base o ser humano, como ser incompleto, pois o homem não é um ser capaz de adquirir conhecimentos independente do ambiente que o cerca, haja vista que a Idade não é um empecilho para o aprendizado de valores, atitudes e o compartilhamento dessas capacidades acontecem em todas as idades, que transcendem o âmbito escolar (Brasil, 2000, p. 7-10).

Segundo Pires (2019, p. 27), a função reparadora tem objetivo reparar a todos os estudantes do EJA, principalmente a aqueles que por ventura tiveram negada a oportunidade de ir à escola no período correto, a equalizadora proporciona a reentrada de estudantes que por motivo de evasão ou repetência não conseguiram concluir a educação básica e pôr fim a qualificadora que tem o objetivo de modernizar os respectivos conhecimentos da educação básica, buscando o mesmo para o ambiente de estudo e práticas adotadas pelos educadores.

A Resolução nº 01/2000 do Conselho Nacional de Educação, vigente em seu artigo V, com parágrafo único visando uma identidade própria da EJA e uma integração maior dos estudantes, visto que, possuem idades e conhecimentos de vivências diferentes assegura o seguinte:

I – quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação; II – quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores; III – quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica (Parecer CEB 01/2000).

O parecer frisa os obstáculos a serem vencidos ainda por todos que compõem e vivem a EJA, desde educadores que precisam usufruir de cursos específicos para poderem se debruçar sobre o ensino da modalidade, até a estrutura das escolas, que infelizmente possuem adequação em sua estrutura priorizando a educação de crianças e adolescentes e deixando um pouco a EJA de lado.

Segundo Pivetta (2005), muitos professores não gostam ou não conseguem trabalhar de forma eficaz na EJA devido, as dificuldades em trabalhar com alunos que possuem maior dificuldade, seja ela de aprendizagem ou psicológica, muitos assumem o cargo por necessidade da escola indo na ampla maioria das vezes contra a sua vontade. A autora expõe a necessidade das gestões escolares e poder público incentivar os educadores tanto com formação educacional, como com formação psicológica necessária para se encarar as adversidades da sala de aula principalmente no EJA.

Pivetta (2005 p.58), ainda se referindo a desafios relacionados ao EJA, diz que um dos desafios mais recorrentes enfrentados por educadores da EJA, é a evasão escolar frequente, segundo ela muitos retornam à escola com um bom intuito de aprender, mas pelo fato de alguns possuírem alguma dificuldade de aprendizado, outros não acharem uma identidade escolar concreta, uma parte de certa forma relevante acaba desistindo da Educação de Jovens e Adultos antes de sua conclusão, os educadores insistem em dar ânimo ao educando para que continue, o que acaba não sendo muito exitoso. Baseado no que diz a autora seria excelente se existissem programas de autoria tanto das escolas como das autoridades educacionais, no que diz respeito a incentivo para os alunos ficarem e persistirem até o fim e não evadirem, trabalhos psicológicos deveriam ser amplamente difundidos por todas as escolas, principalmente as que trabalham com EJA.

Pivetta (2005, p.58), ainda enfatiza em sua pesquisa o fator participação de todos que compõem e movem o mundo EJA, desde alunos, professores, gestores até autoridades, a autora solicita uma mobilização de todos os profissionais da educação para que haja fluidez, e os resultados positivos apareçam na Educação de Jovens e Adultos.

Conforme dados do IBGE (2009), aponta que o grupo etário de 30 a 39 anos (10,7%) foi o que mais procurou cursos de EJA, seguido pelos grupos de 40 a 49 anos (8,6%), de 18 ou 19 anos (7,5%) e de 50 anos ou mais (4,6%).

É importante destacar que o EJA tem grande participação social, pois pode reverter a violência e criminalidade abrindo as portas da escola para todos, revertendo casos pessoais desfavoráveis e valorizando a escola como um palco da vida. Loch (2009), destaca que pessoas retornam para a escola com esperança de dias melhores de vida e a EJA tem por missão acolher esses alunos valorizando suas diferenças e diversidades, aproveitando isso como potencialidade em sua aprendizagem.

Ao contrário do que muitos pensam a EJA não se restringe a apenas alfabetizar o aluno sem demais assistências educacionais. Não se pode considerar a EJA e o novo conceito que a orienta apenas como um processo inicial de alfabetização. A EJA busca

formar e incentivar o leitor de livros e das múltiplas linguagens visuais juntamente com as dimensões do trabalho e da cidadania. Ora, isto requer algo mais desta modalidade que tem diante de si pessoas maduras e talhadas por experiências mais longas de vida e de trabalho. Pode-se dizer que estamos diante da função equalizadora da EJA (Brasil, 2000, p. 10)

A educação de Jovens e adultos deve ser valorizada e ter especialização adequada dos docentes para tal, as estratégias de ensino devem ser aprimoradas visando uma maior acomodação de nossos estudantes jovens e adultos. Nessa linha de raciocínio Ribeiro, (1999, p. 195) diz que os professores de jovens e adultos devem estar aptos a repensar a organização disciplinar e de séries, no sentido de abrir possibilidades para que os educandos realizem percursos formativos mais diversificados, mais apropriados às suas condições de vida. Os jovens e adultos merecem experimentar novos meios de aprendizagem e progressão nos estudos, que não aqueles que provavelmente os impediram de levar a termo sua escolarização anteriormente.

No estado do Maranhão, segundo Pires (2019, p. 11) a educação de jovens e adultos chegou muito tardiamente, somente no ano de 1973 com a criação do Departamento de Ensino Supletivo- DESU, tendo o objetivo de administrar a Educação de Jovens e Adultos tanto no âmbito estadual, como no âmbito federal.

Em tempos passados as pessoas não possuíam as oportunidades de concluir a educação básica como nos dias atuais devido a diversos fatores, entre eles podemos citar a evasão escolar por terem que trabalhar de forma prematura visando o sustento do lar, e quando olhamos os números de pessoas analfabetas que são idosas no Maranhão fica mais claro que a Educação de Jovens e Adultos chegou infelizmente de forma tardia por aqui.

Segundo dados do IBGE (2015) o Maranhão é o segundo estado do País no índice de analfabetismo, e dessa terrível estatística, 18,7% de nossa população é analfabeta, e metade desse número de analfabetos são pessoas idosas.

Esses números só mostram a quantidade de desafios que órgãos públicos ligados a EJA terão que enfrentar no estado do Maranhão.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo é discutida a metodologia do presente projeto, que está organizada em três subtópicos que são: levantamento bibliográfico, trabalho de campo e trabalho de gabinete.

A presente pesquisa se caracteriza como uma pesquisa qualitativa e quantitativa de natureza aplicada de objetivos descritivos referentes à um questionário.

A percepção ambiental partindo de um questionário, está essencialmente baseado na estratégia de conhecer a relação entre o ser humano e natureza. A percepção ambiental é a maneira que as pessoas interpretam o meio ambiente, e a aplicação de questionários pode servir de parâmetro para avaliar essa percepção.

A aplicação de um questionário referente à percepção ambiental tem os seguintes e principais pontos:

- Aumentar a relação das interações entre o homem e o meio ambiente.
- Identificar as expectativas, as satisfações, insatisfações, julgamentos e condutas do ser humano perante a temática.
- Oportunizar a reflexão das questões ambientais.
- Incentivar o despertar do respeito e responsabilidade do ser humano em relação ao nosso meio ambiente.
- Apoiar a gestão ambiental nacional, estadual e municipal, fiscalizando-as e cooperando para que ambas tenham sucesso.

A metodologia deste trabalho está organizada em levantamento bibliográfico, onde se encontra os autores mais relevantes da pesquisa, ocorrendo uma pequena descrição de seus trabalhos e resultados. Trabalho de campo, contendo todo o roteiro da pesquisa exercida no Centro de Ensino Liceu Maranhense, desde imagens, até detalhes da aplicação e recolhimento de resultados do questionário. E por fim o trabalho de gabinete, onde é relatado a análise do questionário, e a elaboração de gráficos e tabelas para mostrar os resultados.

3.1 Levantamento bibliográfico

O levantamento bibliográfico, foi realizado por meio de uma pesquisa descritiva, detalhado a partir de uma coleta de dados qualitativos, buscando informações em artigos já publicados, revistas, teses, dissertações e sites especializados na temática que foram

obtidos por meio de documentos, estudos de campo e levantamentos, tais como: os dados da Base Nacional Comum Curricular - BNCC; Leis Federais e demais portais, sites e plataformas de dados e informações sobre a Percepção da Educação Ambiental na EJA Ensino Médio.

As principais coletas de dados geralmente utilizadas nas pesquisas descritivas estão, a aplicação de formulários, entrevistas e questionários, que facilitam a coleta de dados sobre a real situação da educação ambiental no Brasil.

Neste tópico, foram destacados os principais autores utilizados, no corpo deste trabalho, autores estes que contribuíram significativamente para execução e encorpamento do mesmo.

Os autores aqui citados, foram os mais importantes e mais citados no decorrer do trabalho.

Ana Maria da Luz Schollmeier (2018) teve relevância, pois partindo de seu trabalho **“EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM TURMAS DA EJA: desafios interdisciplinares”** de 2018, foi adquirido o questionário essencial para a aplicação do trabalho de campo referente ao Centro de Ensino Liceu Maranhense, trazendo assim informações suficientes para a formação dos resultados e discussões desse trabalho. Em sua pesquisa Schollmeier traz desafios interdisciplinares envolvendo EJA e Educação Ambiental, a autora faz um apelo constante em seu trabalho buscando um maior envolvimento de todas as disciplinas na temática Meio Ambiente.

Ana Cristina Frazão Pires (2019) com seu trabalho: **“PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: o método Paulo Freire em questão de 2019”**, foi de essencial importância para a absolvição do tema EJA e seu desenvolvimento no Brasil e no Maranhão, mostrando todo o histórico da mesma. Em seu trabalho Pires está voltada a trazer leis e avanços relacionadas as legislações envolvendo a EJA.

A Constituição de 1988 e todas as leis do MEC que forneceram leis e fontes de estudos para a temática Educação Ambiental e EJA, fornecendo todas as regulamentações possíveis.

A SEMA - Maranhão (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais), que fornece por meio de seu site e páginas na internet toda a regulamentação e imposição da Educação Ambiental nas escolas maranhenses, desde os primórdios até os dias atuais, onde da mesma saiu regulamentações e leis que foram adotadas nesse trabalho.

Edson dos Santos Dias (2018), com seu trabalho: **OS (DES) ENCONTROS INTERNACIONAIS SOBRE O MEIO AMBIENTE**: da Conferência de Estocolmo à Rio+20 – Expectativas e Contradições, trouxe para este trabalho uma riqueza de detalhes interessante sobre os encontros internacionais mais relevantes que ocorreram em prol do Meio Ambiente e da Educação Ambiental.

Todos esses autores supracitados foram na prática os mais importantes, pois, seus trabalhos foram citados mais de uma vez no corpo deste TCC, servindo indubitavelmente para a feição e conclusão do mesmo.

3.2 Trabalho de Campo

O trabalho de campo ocorreu no primeiro semestre do ano de 2024, onde foram realizadas visitas técnicas no Centro de Ensino Liceu Maranhense (Figura 1), nas turmas da 1ª série do ensino médio EJA, onde foi mostrado nas turmas uma apresentação em Power Point sobre o assunto e posteriormente aplicado um questionário sobre a temática (Apêndice A).

As turmas selecionadas para a execução do projeto foram a 101, 102 e 105, correspondentes ao 1º ano do ensino médio. O projeto contou com a parceria do gestor da instituição, Professor João da Fonseca, e do professor titular de Geografia, José Ribamar Macedo.

A execução do trabalho de campo se deu início dia 03 de junho de 2024, com uma visita formal ao diretor da escola João da Fonseca. Em uma reunião rápida com o mesmo, foram ajustadas três semanas para execução das aulas, aplicação e recolhimento do material e encerramento das atividades, as mesmas coincidiram com o término do semestre letivo da escola. O diretor João da Fonseca e o professor de geografia José de Ribamar Macedo, desde o início contribuíram e facilitaram bastante a execução do trabalho de campo. Na figura 1, um registro da reunião com o diretor João da Fonseca.

Figura 1 - Reunião com direção e corpo docente do Liceu Maranhense



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

As turmas 101, 102 e 105 possuíam aula de geografia nas segundas e terças, sendo que cada turma possuía 2 horários de geografia semanais, as três turmas possuíam assim 6 horários do professor Macedo nesses dois dias, sendo 4 horários na 101 e 105 na segunda-feira, e 2 horários na 102 na terça-feira.

A aplicação das aulas deu início no dia 10 de junho, segunda feira nas turmas 101 e 105 primeiramente com uma aula na lousa, apresentando o tema e fazendo uma breve introdução sobre Educação Ambiental, posteriormente abrindo a possibilidade de tirar dúvidas dos educandos sobre o assunto. No dia 11 de junho, foi a vez da turma 102 passar pela mesma experiência.

Na semana seguinte, iniciada no dia 17 segunda-feira, foi a vez de usar a sala de multimídia da escola e levar as turmas 101 e 105 para assistir uma aula em slides com bastante imagens e ilustrações, mostrado no apêndice B desse trabalho. O objetivo dessa aula, era mostrar aos educandos imagens sobre a importância da preservação ambiental e deixá-los mais sensíveis em relação ao meio ambiente. No dia seguinte, 18 de junho foi a vez da turma 102 passar pela mesma experiência.

Nas figuras 2 e 3, é possível ver alguns registros da aula aplicada na primeira semana, tiradas na turma 102.

Figura 2 - Aula na turma 102, ilustrando Educação Ambiental



Fonte: Dados da pesquisa 2024.

Figura 3 - Registro de Aula introdutória turma 102



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Na última semana de trabalho iniciada no dia 24 de junho, segunda-feira foi feita a entrega dos questionários, ilustrado no apêndice A, ao final da pesquisa, para que os alunos respondessem e no dia seguinte trouxessem para o recolhimento de análise. Dia 25 de junho o questionário foi recolhido dando encerramento ao trabalho de campo.

3.3 Trabalho de Gabinete

Essa etapa da pesquisa foi subsequente ao trabalho de campo, nela foi analisado os resultados da pesquisa através do questionário aplicado na escola, a partir daí foi feito, a parte final do trabalho exposto nos resultados, onde os resultados foram expressos nos gráficos e tabelas.

Para se obter tais resultados foi trabalhado e exposto em quadro branco e slides, a temática sustentabilidade e consumo consciente, trazendo o entendimento necessário aos alunos para a resolução do questionário.

4 A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS NO LICEU MARANHENSE

Neste capítulo será abordado, todo o trabalho de campo exercido no Centro de Ensino Liceu Maranhense, incluindo a caracterização da área de estudo, através do Projeto Político Pedagógico, que traz toda a abrangência pedagógica e estrutural da escola.

A caracterização de todas as turmas, trazendo a caracterização individual de cada aluno, sexo, idade, se tem alguma ocupação laboral na vida, a quantidade de turmas e a explicação de ter escolhido tais turmas. Por fim, analisar o questionário e avaliar todos os resultados explicitados pelos alunos no mesmo.

4.1 Caracterização da área de estudo

Para a realização deste tópico foi utilizado o PPP (Projeto Político Pedagógico) do Centro de Ensino Liceu Maranhense, dando ênfase ao documento que é de 2018, último PPP lançado pela escola.

O Centro de Ensino Liceu Maranhense (Figura 4) fica localizado na praça Deodoro, no centro de São Luís, considerada uma das escolas públicas mais tradicionais e antigas da capital, com mais de 200 anos de existência.

A escola já foi modelo educacional no Maranhão rivalizando em épocas passadas com escolas particulares da capital maranhense.

Figura 4 - Fachada frontal do Liceu Maranhense



Fonte: Dados da pesquisa 2024.

A escola possui um espaço interno satisfatório, com salas de aulas climatizadas, vários banheiros à disposição dos alunos, bem limpos e arejados; corredores largos; sala de multimídia bem equipada; uma ampla sala de professores; uma quadra de esportes, além de um pátio com assentos e cantina, para o intervalo e lanche dos alunos.

Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) datado de 2018, a escola possui os seguintes espaços internos em funcionamento: biblioteca, laboratório de química, laboratório de biologia, física, matemática, informática, fisioterapia; sala de xadrez, sala do gestor geral com banheiro, sala dos gestores adjuntos com banheiro, sala para reuniões, sala da coordenação pedagógica, sala de vídeo, sala da banda com banheiro, almoxarifado, duas dispensas, duas cantinas, oito sanitários para alunos, teatro com dois banheiros, horto medicinal com consultório e banheiro, sala de arte, sala de multimídia, sala de recursos especiais com banheiro, sala do grêmio estudantil, sala da rádio da escola, sala de recursos humanos e reprografia, duas dependências para serviços gerais, dois banheiros adaptados para alunos com necessidades especiais (mostrando o processo de inclusão da escola), arquivo geral, quadra poliesportiva, quadra descoberta, pátio coberto, um amplo estacionamento e algumas áreas livres. Toda essa quantidade de espaço em funcionamento corrobora a tradição do Liceu Maranhense sendo uma das melhores escolas públicas em estrutura no Maranhão.

Segundo o PPP (2018), a escola possui boa conservação graças aos cuidados dos alunos e gestores, pois, por se tratar de uma escola de grande porte, faltam recursos financeiros governamentais para fazer toda a manutenção preventiva e periódica da escola.

As figuras 5, 6 e 7 respectivamente, mostram a amplitude das salas de aula, espaço interno dos corredores da escola e por fim, um pátio espaçoso para os alunos na hora do intervalo, as figuras reforçam a boa estrutura da escola.

Figura 4 - Amplitude das salas de aula do Liceu, São Luís- MA



Fonte: Dados da pesquisa 2024

Figura 5 - Corredores do Liceu, São Luís- MA



Fonte: Dados da Pesquisa 2024.

Figura 6 - Área de vicência Liceu Maranhense, São Luís- MA



Fonte: Dados da pesquisa 2024.

O período noturno da escola é unicamente destinado à aplicação da EJA, tendo como foco a modalidade nível médio por ser uma escola de regimento estadual. O corpo docente da escola é altamente preparado e acolhedor, com a liderança do diretor adjunto João da Fonseca. As figuras 8 e 9 mostradas abaixo, mostram respectivamente, o professor João da Fonseca e posteriormente seu corpo docente, numa reunião de alinhamento e confecção dessa presente pesquisa.

Figura 7 - Diretor João da Fonseca, São Luís- MA



Fonte: Dados da Pesquisa 2024

Figura 8 - Reunião corpo docente, São Luís- MA



Fonte: Dados da pesquisa, 2024

4.2 Caracterização das turmas analisadas

Dando continuidade ao processo de caracterização, foi avaliado o produto principal dessa pesquisa que são as turmas e os educandos, tendo como ênfase levar para as turmas a importância da Educação Ambiental em sua modalidade de ensino que é a EJA, levando-os a refletir e buscar melhores atitudes de preservação para o seu dia a dia e para o futuro.

No que diz respeito à avaliação e aplicabilidade de conhecimento aos educandos, foi destinado um questionário a todos os estudantes, onde o mesmo avaliou suas atitudes perante o meio ambiente e trouxeram os resultados para esta pesquisa.

A modalidade EJA do Liceu possuía mais duas turmas de primeiro ano (103 e 104), que não foram solicitadas devido a incompatibilidade de horários.

O critério adotado para a escolha das turmas alvo da pesquisa, se deu exclusivamente pela compatibilidade de horário, não tendo assim, predileção por A ou B.

Somando as três turmas, foram entrevistados 35 alunos, número que à primeira vista pode ser considerado pouco, mas visto todas as dificuldades que esses alunos

passam, desde dificuldades de locomoção e financeiras, esse número pode ser considerado satisfatório.

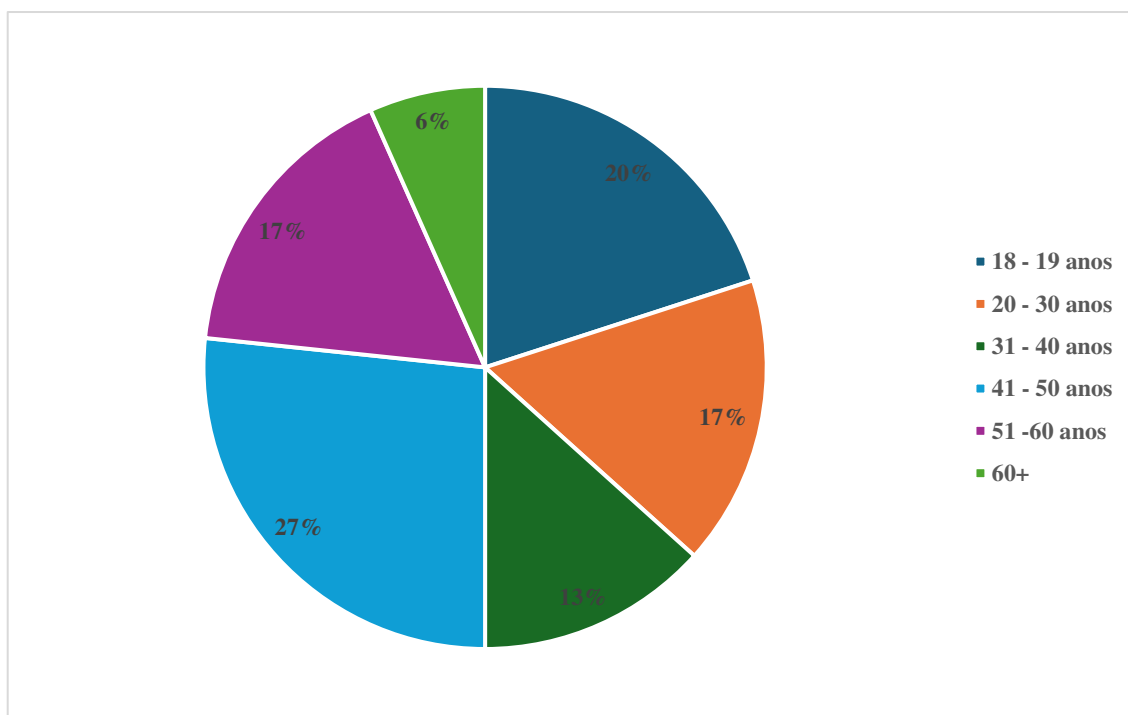
Segundo relatos do diretor da escola Professor João da Fonseca, muitos desistem pelo meio do caminho devido a todo o conjunto de dificuldades, mas, a escola consegue encerrar o ano com um número satisfatório de alunos, devido ambas as turmas iniciarem muito cheias, as faltas também acontecem de forma bem corriqueira entre os alunos.

QUESTÃO 1: Idade dos alunos conforme a faixa etária e Sexo

Ao analisar o gráfico 1, é observado que existe uma divisão bem igual na faixa etária dos alunos, ou seja, existem nessas 3 turmas uma heterogeneidade bem grande no que diz respeito a idade, é uma interação de alunos de todas as idades, desde alunos que acabaram de sair da adolescência, até idosos com mais de 60 anos.

A maioria dos 35 alunos nessas turmas está na fase dos 40-50 anos de idade, vendo um interesse de adultos maduros na obtenção de aprendizado por meio da EJA.

Gráfico 1 - Faixa etária dos alunos



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Em relação ao gênero, é observado que o maior o grupo é feminino, representando cerca de 68% e o sexo masculino representa 32% com 11 alunos. Esse dado referente ao

gênero dos alunos traz um destaque muito comum ao EJA, e a ampla maioria das formas de ensino no Brasil, vemos uma quantidade bem maior de mulheres do que homens, isso reforça a ideia de que mulheres tem, uma interação maior com os estudos e de certa forma estão procurando sempre novas formas de aprendizado.

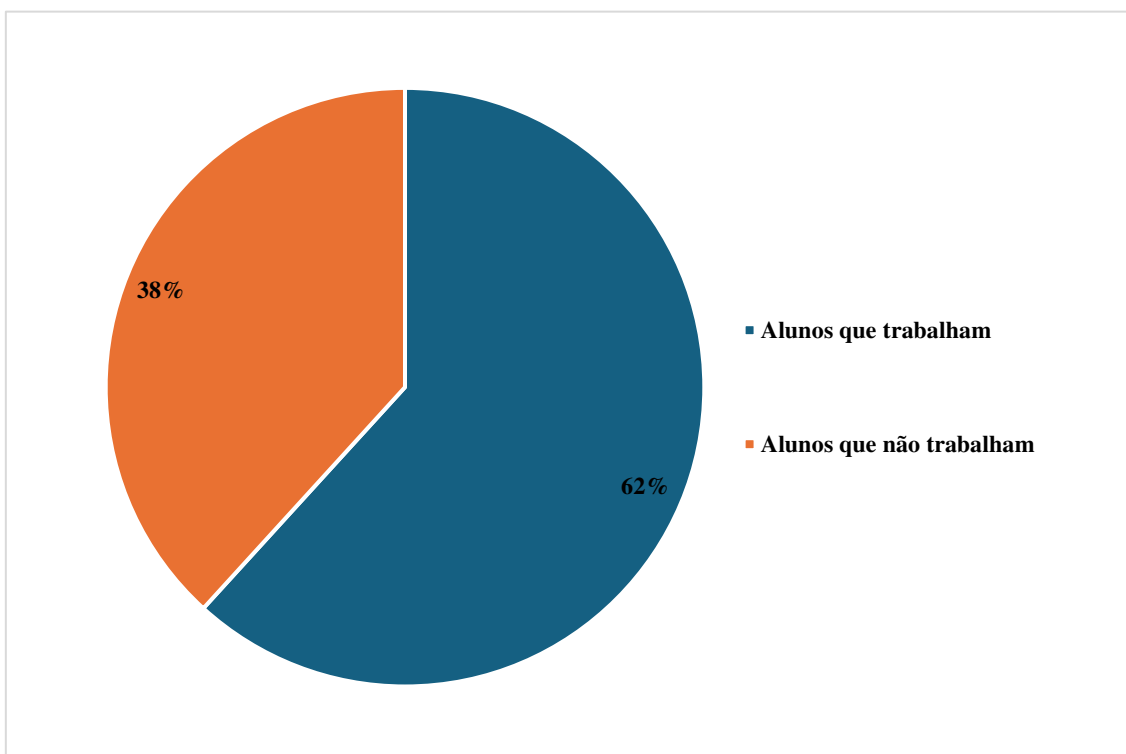
Com base nos dados, temos a percepção que homens procuram menos formas de estudo que as mulheres, e são bem mais desinteressados quando essa forma de estudo é a EJA, talvez essa falta de interesse dos homens, principalmente aqueles que não terminaram os estudos, esteja na falta de tempo, ou no cansaço, já que muitos tem que trabalhar para prover suas famílias e possivelmente não encontram forças e ânimo para estudar ao fim do dia.

Para corroborar a afirmativa de mais mulheres frequentando a modalidade EJA, Santos (2014) p.10, diz o seguinte:

A feminilização da Educação de Jovens e Adultos, ou seja, a presença majoritária de mulheres nesta modalidade de ensino pode ser constatada no Censo Escolar da Rede Pública na Educação de Jovens e Adultos de cursos presenciais no período de 2009 a 2013.

QUESTÃO 2 - Alunos e atividades laborais e quantitativo de alunos em cada turma que responderam ao questionário

No gráfico 2 é mostrado as atividades laborais, referentes aos alunos. Percebe-se que a maioria trabalha ou exerce atividade autônoma, de certa forma conseguindo renda mensal, na entrevista com os 35 alunos, somente 1 não declarou se possui atividade laboral.

Gráfico 2 - Percentual de alunos com atividades laborais no EJA do Liceu Maranhense

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Em relação ao quantitativo de aluno em cada sala (Tabela 1), é observado um total de 35 alunos que responderam e concluíram o projeto, deve-se destacar que no dia referente à conclusão do projeto houve um número considerável de faltas, principalmente nas turmas 102 e 105, o que deixou ambas com bem menos alunos que a 101. Mesmo com o número de faltas elevados nas 3 turmas, pois, também houve faltas na 101, a porcentagem de alunos real nas turmas é similar ao apresentado na tabela, com a turma 101 tendo mais alunos, logo em seguida vem a 102, e pôr fim a 105 é a que menos possui alunos.

Tabela 1 - Número de alunos avaliados por turma - Liceu Maranhense

TURMAS	NÚMERO DE ALUNOS	PORCENTAGEM (%)
101	19	55
102	9	25
105	7	20

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A mais numerosa das turmas é a turma 101, sendo curiosamente também a mais calma e tranquila para se trabalhar, possui em grande parte na sua composição mulheres de meia idade, na faixa dos 30-50 anos, todas possuindo aptidão para aprender e participar ativamente das aulas

A turma 102 é a mais agitada, mesmo possuindo menos alunos que a 101, e um pouco complicada de se trabalhar, possui maioritariamente em sua composição rapazes jovens que na faixa etária de 18-20 anos, é uma turma em que constantemente tem que se chamar a atenção dos alunos e pedir silêncio, para se dar prosseguimento à aula.

A maior heterogeneidade foi observada na turma 105, com uma maior diversidade entre homens e mulheres e uma maior diversidade de idades, a turma possui alunos de diversas idades. É a turma com o menor quantitativo de alunos, sendo também uma turma bem tranquila para se trabalhar, alunos calmos e participativos.

5.3 Percepção ambiental dos alunos do ensino médio na Educação de Jovens e Adultos da escola Liceu Maranhense

Ao estudar a educação ambiental é perceptível quão enriquecedora e educadora ela pode ser, desde educar para se ter uma sensibilização maior sobre as questões ambientais, principalmente relacionados à problemas futuros, até se adquirir uma maior sensibilização e conscientização maior sobre o Meio Ambiente e problemas futuros que o mesmo pode sofrer se não for alvo de intensos debates governamentais e principalmente educacionais, pois, por meio da difusão de um tema como Educação Ambiental, podemos formar cidadãos mais conscientes e ecologicamente corretos.

Trazer tal temática para a EJA, é de suma importância, pois, une alunos com uma certa vivência e que buscam identidade educacional, com um tema tão abrangente, delicado e importante, fazendo-os por meio do questionário juntar sua experiência, compartilhando com tal temática.

Dando continuidade a sequência do questionário, foram analisadas as questões referentes a percepção ambiental, e como os alunos se adequaram a elas.

QUESTÃO 3: Em sua escola, as disciplinas são relacionadas umas com as outras ou são desenvolvidas separadas?

Infelizmente a educação ambiental não é uma disciplina independente, precisando de outras disciplinas para ser estudada.

É notado analisando o quadro 1 que a maioria de alunos relatou existir interdisciplinaridade no Centro de Ensino Liceu Maranhense, principalmente quando a temática é educação ambiental, isso é de uma grande importância, visto que tal temática precisa ser repetidas vezes trabalhada em sala de aula, devido à urgência climática que se passa em nosso planeta. No âmbito educacional, se torna uma excelente notícia, pois, interdisciplinaridade é algo essencial no aprendizado e aproveitamento dos discentes, uma temática quando trabalhada em parceria com diversas disciplinas, se torna interessante e proveitosa.

Quadro 1 - Pergunta sobre a relação das disciplinas

PERGUNTAS	NÚMERO DE ALUNOS
Quando há leitura e análise	12
Quando há jogos e dinâmicas	5
Quando há discussão e conversa em sala de aula	15
Quando há vídeos e slides	19
Quando há o estudo de livros	3
Não responderam	5

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A pergunta referente à esta questão traz ao aluno a possibilidade de marcar mais de uma alternativa se quiser, não possuindo qualquer relação com o número exato de entrevistados que é 35 alunos.

É percebido analisando o quadro 1 que doze alunos responderam existir interdisciplinaridade quando há leitura e análise sobre determinado assunto. Os cinco alunos responderam que existe interdisciplinaridade quando há jogos e dinâmicas, sendo assim um número bem menor, é perceptível que quase não é praticado dinâmica na escola. Os alunos relataram existir envolvimento de disciplinas em rodas de conversas entre professores e alunos sobre determinada temática, um número bem expressivo, podemos analisar que rodas de conversas são bem comuns, nesse tipo de prática, é valorizada a democracia e liberdade de opinião.

Uma quantidade razoável de 19 alunos relatou existir interdisciplinaridade quando são repassados vídeos e slides. Há na escola uma sala ampla de multimídia onde professores, principalmente em prática interdisciplinar, utilizam para passar filmes, vídeos e slides sobre determinada temática, principalmente educação ambiental. Esse tipo de prática se torna uma das mais proveitosas, pois, atrai a atenção dos discentes. Percebemos analisando a tabela que a ampla maioria assinalou essa opção, sendo a prática interdisciplinar mais comum na escola.

Outros 5 alunos relataram existir prática interdisciplinar quando há estudo e leitura de livros, um número bem pequeno de alunos, trazendo o alarmante dado que livros estão ficando no esquecimento, com o crescimento da era digital e tecnológica, livros estão deixando de ter vez, principalmente nas escolas.

QUESTÃO 4 - Durante as aulas das diversas disciplinas estudadas, ocorre a relação do conteúdo com o seu dia a dia (cotidiano)

Essa questão faz referência as igualdades entre a vida diária do aluno e sua vida em sala de aula, como essas vivências se interrelacionam. Pode ser citado como exemplo, algo que o aluno aprendeu de positivo em sala de aula e levou para o seu dia a dia como trabalho e o seu próprio lar.

Foi descrito por 32 alunos, que o que se aprende dentro de sala de aula, é levado para a vida cotidiana, tendo assim relação entre ambos. Análise bem positiva, pois, tudo no âmbito educacional absolvido em sala de aula deve se relacionar diretamente com a vida pessoal. Isso pode ser exemplificado com a temática educação ambiental, tudo absolvido neste tema deve ser relacionado e executado na vida cotidiana.

Outros 3 alunos relataram que as práticas e ensinamentos da sala de aula não se relacionam com a vida cotidiana.

QUESTÃO 5: Segundo você, os professores ao abordarem os conteúdos em suas disciplinas buscam trabalhar sobre educação ambiental?

A seguinte questão busca conhecer o trabalho dos professores de diversas disciplinas da escola, e se todos ou pelo menos uma parte deles, tem trabalhado educação ambiental em sala de aula, nem que seja de maneira superficial.

O relato de 27 alunos mostrou que é trabalhado educação ambiental em sala de aula, tornando-se uma notícia animadora, tendo em vista a urgência da temática.

É descrito por 8 alunos relatou que somente o professor de geografia ou algum outro trabalha tal tema. Alguns dos alunos não demonstra ser a maioria, mas já carece de uma roda de conversas entre gestores e professores, sobre o maior engajamento da escola perante o tema, visto que todos deveriam ser unânimes na resposta positiva.

QUESTÃO 6: Durante as aulas de várias disciplinas, em sua escola são desenvolvidos assuntos como contaminação, poluição, preservação e cuidados com meio ambiente? Se sim em quais disciplinas?

A questão de número 6 aborda o trabalho de desenvolvimento de aulas sobre assuntos relacionados à educação ambiental, como poluição, preservação e cuidados com o meio ambiente, abordados por professores de diversas disciplinas. Os alunos puderam escolher mais de uma disciplina para relatar sobre o questionamento.

A maior parte dos alunos, 32 no total, apontou a Geografia como a disciplina mais envolvida com as causas ambientais, o que era esperado, dada a forte relação dessa área com os temas ambientais. Em seguida, a Biologia foi mencionada por 11 alunos, devido à sua interligação com o meio ambiente, com os estudantes destacando a interação constante entre o professor e a disciplina com as questões ambientais, como observado no gráfico 3.

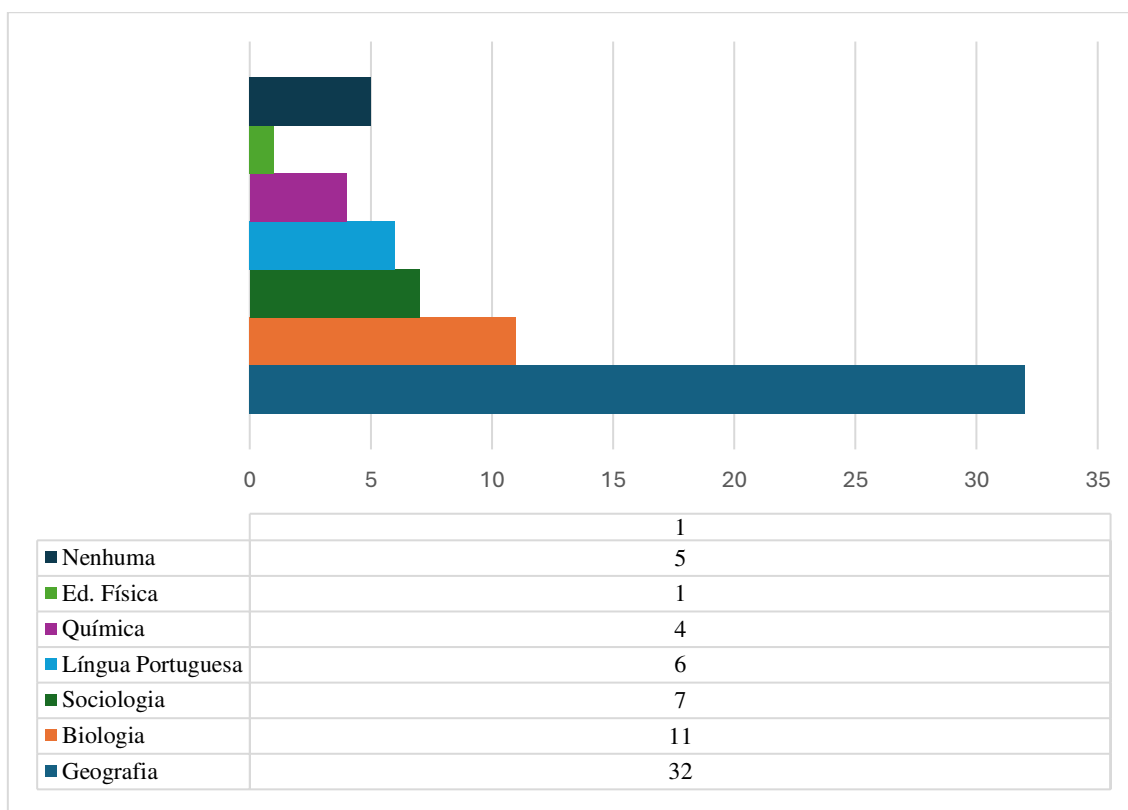
A Sociologia foi citada por 7 alunos, ressaltando o compromisso da disciplina com as causas sociais, incluindo a percepção ambiental. A Língua Portuguesa foi mencionada por 6 alunos, enquanto Química e História apareceram 4 vezes.

A Educação Física foi citada por apenas 1 aluno. Embora uma variedade considerável de disciplinas tenha sido mencionada, o que é um indicativo positivo, é perceptível a ausência de outras áreas do conhecimento interagindo com a educação ambiental. O ideal seria que todas as disciplinas abordassem essa temática, promovendo uma integração mais ampla e efetiva.

Corroborando tais resultados (BUSS; SILVA, 2017, p. 1070). Diz o seguinte:

A falta de envolvimento dos profissionais, poucos resultados quando se trabalha, restrita às disciplinas de Biologia e Geografia, falta de tempo da equipe pedagógica e a falta de ferramentais didáticas e de profissionais qualificados.

Gráfico 3 -Envolvimento das disciplinas com a educação ambiental no Liceu Maranhense



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

QUESTÃO 7: Como a escola pode trabalhar a educação ambiental em sala de aula?

É perceptível analisando o quadro 2, algumas respostas de alunos sobre como a escola e corpo docente pode trabalhar a temática Educação Ambiental em sala de aula, foi citado arborização, plantação de sementes e árvores, palestras com profissionais especializados, além de proposta de reciclagem. Foi selecionada a resposta de um aluno de cada uma das três turmas.

Quadro 2 - Como a escola pode trabalhar a educação ambiental em sala de aula?

ALUNOS	RESPOSTAS
Aluno A - TURMA 101	“Colocando o assunto em pauta, se possível nas aulas em algumas disciplinas, realizando ações, como plantar sementes em lugares que

	<i>não possuem vida verde, e dar exemplos de como proteger o meio ambiente, porque a escola é um grande instrumento de envolvimento de crianças, jovens e adultos, no ato de cuidar mais da natureza.”</i>
Aluno B – TURMA 105	<i>“Dando palestras abordando o assunto e sensibilizar as pessoas a entenderem, que um ambiente bem cuidado, proporciona uma melhor qualidade de vida”.</i>
Aluno C – TURMA 102	<i>“A minha escola pode trabalhar a educação ambiental, promovendo projetos de reciclagem, aulas sobre biodiversidade, visitas a áreas naturais, debates sobre mudanças climáticas e integrando temas ambientais nas disciplinas, parecerias com ONGS e programas de voluntariado ecológico também são eficazes.”</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

QUESTÃO 8: Como é seu comportamento perante o meio ambiente fora da escola?

A questão analisada procura discorrer sobre o comportamento dos alunos em prol do meio ambiente fora da sala de aula, vimos excelentes relatos sendo extremamente sinceros, o que torna melhor ainda a análise. Alguns trouxeram práticas excelentes como não jogar descarte no chão para evitar proliferação de doenças, prática de coleta seletiva, controle de desperdício de água, aproveitamento de óleo, que é uma prática excelente, visto que óleo polui e influencia negativamente na qualidade da água (Quadro 3).

Ainda tiveram relatos de alunos bem sinceros, que afirmaram ainda não ter boa conduta referente ao meio ambiente, relatando que precisam melhorar tal comportamento com urgência. Mas, na maioria dos relatos percebeu-se excelentes casos com diversos alunos relatando excelentes práticas.

Quadro 3 - Como é seu comportamento perante o meio ambiente fora da escola?

ALUNOS	RESPOSTAS
Aluno D – TURMA 102	<i>“Faço coleta de acordo como deve ser, além de fazer doação de óleo para aproveitamento, economizo água, faço o descarte de lixo para a coleta nos dias de segunda, quarta e sexta, que são os dias em que passa o carro de lixo.”</i>

Aluno E - TURMA 102	<i>“Tento manter os ambientes em que estou limpo, evitando deixar o lixo no chão, separando-os corretamente para a coleta seletiva.”</i>
Aluno F – TURMA 101	<i>“Vou ser bem sincero, em questão de reciclagem eu não tenho feito tanta coisa para ajudar, mas sempre faço o possível para não desperdiçar água, e também não jogar lixo na rua, sei que parece pouco, mas já é uma contribuição para o bem da comunidade.”</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

QUESTÃO 9: Após concluir suas atividades no ambiente escolar, você adota práticas de conservação ambiental tanto no âmbito profissional quanto na esfera pessoal? Justifique sua resposta, apresentando pelo menos um exemplo concreto.

Na última questão do questionário, buscou-se investigar se os discentes aplicavam práticas de conservação ambiental em seus contextos cotidianos após sua vivência no ambiente escolar.

Dentre os resultados apresentados pelos discentes foi percebido que eles tentam exercer fora do contexto escolar práticas ambientais, como observado no quadro 4:

Quadro 4 - Práticas ambientais fora do ambiente escolar, alunos do Liceu Maranhense

ALUNOS	RESPOSTAS
Aluno G – TURMA 101	<i>“Eu tento fazer minha parte, mas é desestimulante perceber que nem as pessoas tentam zelar pelo meio ambiente, e nem o governo faz o básico pela infraestrutura, saneamento básico e esgoto, e eu percebo que minhas tentativas foram em vão.”</i>
Aluno H - TURMA 105	<i>“Procuro exercer sim modos que consigo ressignificar meu comportamento, com práticas diárias, e já começo desde a minha casa, evitando jogar papéis descartáveis pela rua, pois, o acúmulo de lixo entope bueiros, alagando ruas e avenidas. Ex: A nossa cidade em várias ruas, avenidas e lugares tem alagamentos devido ao acúmulo de lixo, causando grandes engarrafamentos.”</i>
Aluno I - TURMA102	<i>“Sim após a saída do ambiente escolar, adoto práticas de conservação ambiental tanto no trabalho quanto na vida pessoal. Por exemplo no trabalho tento promover a reciclagem de materiais e reduzir o número de papel, incentivando todos no uso de documentos digitais. Na minha vida pessoal vou</i>

	<p><i>continuar praticando a reciclagem, economizando água e energia, e optando por transporte público ou bicicleta sempre que possível, para contribuir na diminuição do lançamento de carbono na atmosfera. Essas ações contribuem para a preservação do meio ambiente e são práticas que estou aprendendo na escola e quero valorizá-las pelo resto da vida.”</i></p>
--	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Foi citado coleta seletiva como em questões anteriores, manter ambiente limpo e principalmente a prática de jogar o lixo no lixo, no ambiente em que estiver, outros citaram a maior inclusão de documentos digitais, diminuindo a produção de papel, excelente tema, pois, a produção de papel está diretamente ligada ao desmatamento de árvores para a produção dos mesmos.

Outros alunos relataram querer andar mais de bicicleta ou a pé, na tentativa de diminuir a emissão de carbono na atmosfera. Essa é uma excelente ideia, visto que, o ingresso em veículos automotores aumenta a poluição atmosférica.

Mas, tiveram aqueles que alertaram para a falta de empatia de outros seres humanos para com as causas ambientais, onde existem pessoas que jogam lixo nas ruas e avenidas promovendo o entupimento de bueiros no período chuvoso, e a proliferação de doenças. O alerta de alguns alunos ficou também para o descaso do poder público em algumas cidades, com o mesmo não fazendo o básico para a melhoria da infraestrutura, contribuindo também para impactos ambientais.

A questão analisada buscou relatos dos alunos sobre práticas dentro e fora da sala, relativas à educação ambiental, mas citando exemplos, a questão teve teor parecido com a anterior, possuindo uma complementação a mais.

A questão teve excelentes e magníficos relatos, com a maioria compartilhando experiências positivas. Poucos alunos compartilharam experiências negativas, afirmando ainda não ter conduta satisfatória, nem na escola, trabalho, ou em casa, mas tendo a autocrítica de melhorias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o desenvolvimento da pesquisa e análise da coleta de dados, observou-se que as metodologias que favorecem a prática da interdisciplinaridade por parte dos alunos da EJA e sua relação com a educação ambiental, conforme as indicações dos discentes se destacou a conversa e discussão em sala de aula, tanto relacionado ao interesse dos alunos como em suas sugestões para trabalhar a educação ambiental na escola. Logo em seguida, apresentou-se como uma opção litora e análise, bem como o uso de algumas metodologias, incluindo slides e vídeos. Isso demonstrou que estudantes da EJA do 1º ano interessam-se por aulas com diversidade, que proporcionem a interação e conversa entre eles.

O Centro de Ensino Liceu Maranhense, assim como grande parte das escolas do Maranhão possuem relativas dificuldades em conseguir difundir a temática educação ambiental, e uma das causas, é o tempo demasiadamente curto dos horários de cada disciplina, principalmente na modalidade EJA. Foi relato pelo gestor da escola sobre a dificuldade do corpo docente em não conseguir encontrar tempo suficiente para trazer a temática para a sua aula, devido ao tempo curto de seus horários, e a urgência de lecionar o conteúdo de sua própria disciplina, ficando a temática educação ambiental na ampla maioria das vezes à cargo de disciplinas que naturalmente abordam a temática como geografia, biologia e sociologia, por relatarem os impactos ambientais.

Mesmo com toda a problemática no ensino da Educação Ambiental, os alunos relataram ter relações interdisciplinares quando a temática está em jogo, existindo dinâmicas entre determinadas disciplinas, feiras de conhecimentos e até junções de turmas para tratar sobre o assunto, sendo avaliações bastante positivas relatadas pelos educandos.

Tendo em vista os aspectos negativos, foi observado o conhecimento sobre educação ambiental, e os benefícios que ela pode trazer para a sociedade, por parte de todos os educandos, mas para alguns alunos, principalmente os alunos mais velhos, esse conhecimento é um tanto superficial, pois, os mesmos estão sem estudar há bastante tempo e perdem a noção da verdadeira importância da temática, requerendo assim, mais esforço e dedicação do educador para a absolvição do educando sobre o tema.

As escolas em parceria com órgãos governamentais educacionais, precisam urgentemente definir o papel da educação ambiental dentro das escolas, em todas as suas modalidades de ensino, inclusive a EJA, tal tema precisa ter um papel protagonista, sendo

uma disciplina autônoma, ou sendo componente obrigatório de disciplinas que possuem afinidade com a mesma, tendo uma carga horária mais extensa para ser trabalhada.

As universidades e as escolas precisam estar mais interligadas, atuando de maneira mais participativa, em que os acadêmicos saem do campus universitário e vão para as escolas buscando o “fazer atuante” e ser agentes da transformação.

Alunos, principalmente de licenciaturas afins, devem agir como educadores ambientais, conhecendo a realidade do contexto educacional, mas também buscando superar o grande distanciamento que separa diferentes instituições, devendo existir cooperação entre ambas, potencializando e facilitando o andamento da Educação Ambiental em prol de um amanhã melhor.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. F. **Implementação da Educação Ambiental em escolas: uma reflexão.** In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 4.out/nov/dez 2000.

BIGOTTO, A. C. **Educação ambiental e o desenvolvimento de atividades de ensino na escola pública.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Brasília, 31 ago. 1981. Disponível em: http://www.Planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução N.º. 1/2000, de 3 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos.**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988_06.06.2017/art_225_asp.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Educação profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico área profissional: meio ambiente.** Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: MEC/SEF, p.1-23, 2000.

BRASIL. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 27 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm .

BRASIL. **Ministério da Educação. Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade.** Cadernos SECAD 1. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 2, de 2012. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.** Brasília, 15 jun. 2012. Disponível em: <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/conteudo/iv-cnijma/diretrizes.pdf> .

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Educação Ambiental. **Educação Ambiental por um Brasil Sustentável: ProNEA, Marcos Legais e Normativos.** Brasília: 2014.

BUSS, A.; SILVA, M. M. A tragédia de Mariana e suas implicações na educação ambiental escolar. In: SEABRA, G. (Org.). Educação ambiental: ecopedagogia e sustentabilidade dos recursos naturais. Ituiutaba: Barlavento, 2017. p. 1061-1073.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2006.

Dias, E. dos S. Os (Des) Encontros Internacionais sobre Meio Ambiente: da Conferência de Estocolmo à Rio+20 - Expectativas e Contradições. **Caderno Prudentino de Geografia**, 1(39), 06–33. 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/3538>.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FRIZZO, Taís Cristine Ernst; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Políticas públicas atuais no Brasil: o silêncio da educação ambiental
Current public policies in Brazil: the silence of environmental education
Políticas públicas actuales en Brasil: el silencio de la educación ambiental. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], n. 1, p. 115–127, 2018. DOI: 10.14295/remea.v0i1.8567. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/8567> . Acesso em: 2 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE divulga perfil da Educação e Alfabetização de Jovens e Adultos e da Educação Profissional no país**. 22 maio, 2009.

JACOBI, P. R. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 244, 2005.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n.1, p. 23-40, 2014.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394 de 20 de 1996. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> . Acesso em 21 ago. 2018.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola teoria e prática**. 5 ed. Editora Alternativa, 2004.

LOCH, J. M. P. Planejamento e avaliação em EJA. *In: CHRISTOFOLI, M. C. P. et al. EJA planejamento, metodologias e avaliação.* Porto Alegre: Mediação, 2009. p. 15-36.

MARQUES, W. R. A.; RIOS, D. L.; ALVES, K. dos S. A percepção ambiental na aplicação da Educação Ambiental em escolas. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 527–545, 2022. DOI: 10.34024/revbea.2022.v17.11612. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/11612> . Acesso em: 7 maio. 2024.

MIRANDA, S. DO C.; ABREU, C. R. DE; DE-CARVALHO, P. S. As mudanças climáticas no contexto da Educação Ambiental. *In: PORTO, M. D.; SANTOS, MI. L DOS; FERREIRA, J. R. R. (Eds). Os desafios do ensino de ciências no século XXI: e a formação de professores para a educação básica.* Anápolis-GO: CRV; Ed. Universidade Estadual de Goiás (co-edição), 2016. p. 123-138.

MOURA, Tania Maria de Melo. **Pedagógica A Prática dos Alfabetizadores de Jovens e Adultos:** Contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió; EDUFAL, 1999. 229p.

MOURA, Tania Maria de Melo. Parecer CEB 11/2000. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos.** Brasília: MEC, 2000.

Pires, Ana Cristina Frazão. Práticas educativas na educação de jovens e adultos: o método Paulo Freire em questão / Ana Cristina Frazão Pires. – Monografia (Graduação) – Curso de Pedagogia, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

PIVETTA, Patrícia Brondani. **Desafios e Perspectivas em Educação de Jovens e Adultos.** Monografia de Especialização; Programa de Pós Graduação em Gestão Educacional; Universidade Federal de Santa Maria, 2005.

RABELO, A.M.P. Qualidade ambiental e mineração: percepção de moradores de Carmo da Mata/MG. **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**, Rio Claro, v. 12, n. 1, p. 129-145, 2017.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 2009.

Relatório de Acompanhamento da CONFINTEA V, 1999.

RIBEIRO, S. R. P.; RIBEIRO FILHO, F. D. A Educação de Jovens e Adultos e a Praxes Relacionada a Educação Ambiental. **Pensamento & Realidade**, [S. l.], v. 31, n. 4, p. 82–94, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/28172> . Acesso em: 23 set. 2024.

RIBEIRO, V. M. A. formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico. **Educação & Sociedade**, ano XX, n. 68, dezembro, 1999.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

SANTINELO, Paulo Cesar Canato; ROYER, Marcia Regina; ZANATTA, Shalimar Calegari. A Educação ambiental no contexto preliminar da Base Nacional Comum Curricular . *Pedagogia em Foco*, v. 11, n. 6, p. 104-115, 2016. Disponível em: Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/A-educa%c3%87%c3%83o-ambiental-no-contexto-preliminar-da-base-Santinelo-Royer/e4803132ef558515fd92711ea913639012f87d0e#citing-papers> Acesso em: 02 set. 2022.

SANTOS, Alzira Aparecida Diogo Alvarez; *Mulheres na Educação de Jovens e Adultos: Relatos de um retorno / Alzira Aparecida Diogo Alvarez dos Santos*, p. 10 – Brasília, 2014.

SCHOLLMEIER, Ana Maria da Luz Monografia “EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM TURMAS DA EJA” (especialização) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Curso de Especialização em Educação Ambiental, RS, 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Centro de Ensino Liceu Maranhense. SEDUC, **PPP (Projeto Político Pedagógico)**. São Luís- MA, 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS. SEMA, **Plano Estadual de Educação Ambiental do Maranhão, uma construção coletiva**. São Luís - MA, 2017.

SOUZA, C. Z.V. G; SILVA, V. R. Educação de jovens e adultos: reflexões e desafios. *In*: MARCHI, D. M; SCHARFER, N. O. (Org). **Educação de Jovens e Adultos: propostas para ações**. Porto Alegre, NIU&PROEXT-UFRGS, 2000. p. 15-18.

TAVARES, A. C. C. **Diagnóstico sobre a prática de Educação Ambiental no Ensino Médio na escola de Educação Básica Presidente Artur da Costa e Silva no Município Xanxerê-SC**. Monografia (Graduação em Gestão Ambiental em Municípios) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

TREVISOL, J. V. **A educação em uma sociedade de risco: tarefas e desafios a construção da sustentabilidade**. Joaçaba: UNOESC, 2003.

TULIO, D. L.; NAGALLI, A.; Dificuldades na realização da educação ambiental nas instituições brasileiras de ensino básico. **Revbea**, São Paulo, v. 18, n. 4: 362-375, 2023.

VELLOSO, Christiane Santos. **Educação Ambiental na Rede Pública do Município do Rio de Janeiro:** concepções, problemas e desafios. 2006. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ/CFCH.

APÊNDICE A- MODELO DO QUESTIONÁRIO SOBRE A PERCEPÇÃO AMBIENTAL

1. Idade:

2. Você trabalha?

- a) Sim
- b) Não

3. Em sua escola, as disciplinas são relacionadas umas com as outras ou são desenvolvidas separadas? Pode marcar mais de uma opção.

- a) Quando há leitura e análise
- b) Quando há jogos e dinâmicas
- c) Quando há discussão e conversa em sala de aula
- d) Quando há vídeos e slides
- e) Quando há o estudo de livros

4. Durante as aulas das diversas disciplinas estudadas, ocorre a relação do conteúdo com o seu dia a dia (cotidiano)?

- a) Não
- b) Sim

5. Segundo você, os professores ao abordarem os conteúdos em suas disciplinas buscam trabalhar sobre a educação ambiental?

- a) Não
- b) Sim

6. Durante as aulas de várias disciplinas, em sua escola são desenvolvidos assuntos como contaminação, poluição, preservação e cuidados com o meio ambiente?

Se sim, em quais disciplinas?

7. Como a escola pode trabalhar a educação ambiental na sua sala de aula?

8. Como é o seu comportamento perante o meio ambiente fora da escola?

9. Você após a saída do ambiente escolar adota práticas de conservação ambiental, tanto no seu trabalho, quanto na sua vida pessoal? Explique dando algum exemplo.

Logo após aplicar esse questionário detalhado, os resultados serão recolhidos para assim formar resultados e discussões de melhorias.

APÊNDICE B- MODELOS DOS SLIDES DA AULA

